


**CARTOGRAFIA ARQUETÍPICA E PRÁTICAS LITERÁRIAS: O PAPEL DA
LINGUAGEM SIMBÓLICA NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO**

**ARCHETYPAL CARTOGRAPHY AND LITERARY PRACTICES: THE ROLE OF
SYMBOLIC LANGUAGE IN THE INDIVIDUATION PROCESS**

**CARTOGRAFÍA ARQUETÍPICA Y PRÁCTICAS LITERARIAS: EL PAPEL DEL
LENGUAJE SIMBÓLICO EN EL PROCESO DE INDIVIDUACIÓN**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n2-086>

Data de submissão: 16/01/2026

Data de publicação: 16/02/2026

Maria Josele Coelho Mangueira
E-mail: joselebucco@gmail.com

RESUMO

O presente artigo investiga o papel das práticas literárias, culturais e simbólicas na formação da consciência de si e do mundo, à luz da psicologia analítica. Parte-se da constatação de que a modernidade e a contemporaneidade, marcadas pela racionalidade instrumental, pela aceleração dos fluxos informacionais e pela fragmentação das referências simbólicas, produziram um empobrecimento da experiência subjetiva e um aumento significativo do sofrimento psíquico. Nesse contexto, defende-se que os símbolos, os arquétipos e as estruturas narrativas — especialmente a jornada do herói — constituem dispositivos fundamentais de organização, integração e elaboração da experiência humana. A partir das contribuições de Carl Gustav Jung, Marie-Louise von Franz, Northrop Frye, Giorgio Agamben e Yuval Noah Harari, analisa-se como as narrativas literárias e culturais operam como cartografias simbólicas do processo de individuação, articulando razão, emoção, imaginação e ética. Discute-se, ainda, o modo como as práticas literárias contemporâneas, organizadas em redes, comunidades simbólicas e estéticas glocais, preservam e atualizam a plasticidade cultural dos arquétipos, oferecendo possibilidades de reconstrução da experiência simbólica, favorecendo experiências narrativas capazes de sustentar o desenvolvimento emocional, a integração psíquica e a construção ética do sujeito no interior da vida social contemporânea.

Palavras-chave: Psicologia Analítica. Arquétipos. Individuação. Práticas Literárias Contemporâneas. Formação Subjetiva.

ABSTRACT

This article investigates the role of literary, cultural, and symbolic practices in the formation of self-awareness and world consciousness, in light of analytical psychology. It begins with the observation that modernity and contemporaneity, marked by instrumental rationality, the acceleration of information flows, and the fragmentation of symbolic references, have produced an impoverishment of subjective experience and a significant increase in psychic suffering. In this context, it argues that symbols, archetypes, and narrative structures—especially the hero's journey—constitute fundamental devices for the organization, integration, and elaboration of human experience. Drawing on the contributions of Carl Gustav Jung, Marie-Louise von Franz, Northrop Frye, Giorgio Agamben, and Yuval Noah Harari, it analyzes how literary and cultural narratives operate as symbolic cartographies of the individuation process, articulating reason, emotion, imagination, and ethics. This paper also discusses how contemporary literary practices, organized in networks, symbolic communities, and glocal aesthetics, preserve and update the cultural plasticity of archetypes, offering possibilities for

reconstructing symbolic experience and favoring narrative experiences capable of sustaining emotional development, psychic integration, and the ethical construction of the subject within contemporary social life.

Keywords: Analytical Psychology. Archetypes. Individuation. Contemporary Literary Practices. Subjective Formation.

RESUMEN

Este artículo investiga el papel de las prácticas literarias, culturales y simbólicas en la formación de la autoconciencia y la conciencia del mundo, a la luz de la psicología analítica. Comienza con la observación de que la modernidad y la contemporaneidad, marcadas por la racionalidad instrumental, la aceleración de los flujos de información y la fragmentación de las referencias simbólicas, han producido un empobrecimiento de la experiencia subjetiva y un aumento significativo del sufrimiento psíquico. En este contexto, argumenta que los símbolos, los arquetipos y las estructuras narrativas, especialmente el viaje del héroe, constituyen dispositivos fundamentales para la organización, integración y elaboración de la experiencia humana. Basándose en las contribuciones de Carl Gustav Jung, Marie-Louise von Franz, Northrop Frye, Giorgio Agamben y Yuval Noah Harari, analiza cómo las narrativas literarias y culturales operan como cartografías simbólicas del proceso de individuación, articulando la razón, la emoción, la imaginación y la ética. Este artículo también analiza cómo las prácticas literarias contemporáneas, organizadas en redes, comunidades simbólicas y estéticas globales, preservan y actualizan la plasticidad cultural de los arquetipos, ofreciendo posibilidades para reconstruir la experiencia simbólica y favoreciendo experiencias narrativas capaces de sustentar el desarrollo emocional, la integración psíquica y la construcción ética del sujeto en la vida social contemporánea.

Palabras clave: Psicología Analítica. Arquetipos. Individuación. Prácticas Literarias Contemporáneas. Formación Subjetiva.

1 INTRODUÇÃO

A constituição da modernidade ocidental esteve profundamente associada à valorização da racionalidade, da objetividade e do controle como fundamentos do progresso científico, social e educacional. Nesse contexto, o ideal de formação humana passou a ser identificado com a capacidade de submeter afetos, impulsos e imaginação ao domínio da razão, concebida como instância superior da vida psíquica. O amadurecimento, sob essa perspectiva, foi frequentemente compreendido como sinônimo de autocontrole, produtividade e adaptação às normas institucionais.

No campo educacional, tal racionalidade se traduziu na centralidade atribuída ao desempenho cognitivo, à padronização dos comportamentos e à mensuração dos resultados, em detrimento da escuta da experiência subjetiva e da elaboração emocional. As práticas literárias, nesse cenário, foram muitas vezes reduzidas a instrumentos moralizantes ou utilitários, esvaziando-se de sua função simbólica e formativa mais profunda (ZILBERMAN, 1988), levando a um enfraquecimento das linguagens simbólicas como mediadoras da experiência humana. A imaginação passou a ser frequentemente associada ao infantil, ao improdutivo ou ao ilusório, enquanto o pensamento técnico-científico se consolidou como paradigma dominante de conhecimento. Esse “apagamento do simbólico” não representou apenas uma transformação cultural, mas trouxe consequências diretas para a constituição da subjetividade.

Nessa perspectiva, a partir da segunda metade do século XX - e, de modo mais acentuado no cenário pós-pandemia vivenciado nos últimos anos - observou-se uma inflexão significativa nesse modelo que revelou os limites de uma formação centrada exclusivamente na racionalidade instrumental. O aumento dos índices de sofrimento psíquico, associado a quadros de ansiedade, depressão, dificuldades de vínculo e desorganização emocional foi tecendo a percepção concreta de que a dissociação entre razão e emoção, historicamente reforçada por modelos educacionais e sociais baseados na eficiência e no desempenho, mostrou-se insuficiente para promover bem-estar, sentido existencial e equilíbrio psíquico. Ao contrário, contribuiu para a formação de sujeitos altamente informados, mas fragilizados em sua capacidade de lidar com frustrações, incertezas e conflitos internos.

Para Harari (2018; 2020), esse cenário marcado pela instabilidade, pela aceleração tecnológica e pela transformação constante das formas de trabalho e de sociabilidade exige a construção de repertórios afetivos, simbólicos e relacionais em que as competências mais decisivas não se restringem ao domínio de conteúdos técnicos, mas envolvem habilidades emocionais, adaptativas e reflexivas, como autoconhecimento, empatia, flexibilidade psíquica, capacidade de cooperação e regulação afetiva. A experiência humana, portanto, se realiza plenamente apenas quando o sujeito é

capaz de articular pensamento, sensibilidade, imaginação e ética, produzindo sentidos para sua trajetória pessoal e social.

A partir dessa perspectiva, esse estudo busca elucidar a importância das práticas literárias no processo de construção identitária e na formação da consciência de si e do mundo que se fazem presentes em todas as fases do desenvolvimento humano. Para tal, assenta-se na percepção de que a sobrevivência simbólica e subjetiva depende menos da acumulação de informações e mais da capacidade de compreender a si mesmo e aos outros e que, nesse contexto, o imaginário arquetípico inerente às práticas literárias - mediadas pela linguagem, pelo jogo e pela narrativa - é um dispositivo crucial e basilar para a integração entre dimensões afetivas, simbólicas, relacionais e éticas.

Assim, em um primeiro momento, neste estudo, será realizada uma análise do símbolo enquanto tecnologia de aprendizagem a partir da perspectiva da psicologia analítica, demonstrando como ele pode atuar na tradução de conflitos psíquicos complexos em imagens narrativas acessíveis.

Em seguida, tomando como referência a necessidade de contribuir para as práticas pedagógicas e de favorecer o desenvolvimento de recursos internos que possibilitem ao sujeito enfrentar a complexidade do mundo sem perder a capacidade de sentir, refletir e se vincular de modo saudável, serão cartografados dispositivos presentes nas narrativas e nas práticas culturais e literárias que contribuem para o processo de individuação, compreendido como um movimento contínuo de reconhecimento, elaboração e integração dos conteúdos psíquicos dissociados que favorece a construção de uma identidade mais integrada, singular e eticamente orientada no interior da vida social.

2 A LINGUAGEM SIMBÓLICA COMO DISPOSITIVO DE APRENDIZADO, APREENSÃO E ELABORAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE SI E DO MUNDO

Na perspectiva da psicologia analítica, o símbolo constitui uma forma privilegiada de expressão dos conteúdos inconscientes, funcionando como mediador entre a consciência e o inconsciente. Para Jung, o símbolo não deve ser confundido com o sinal ou com a alegoria, pois, diferentemente destes, não remete a um significado previamente fixado, mas expressa, de modo sempre parcial e aberto, aspectos ainda não plenamente elaborados da experiência psíquica (JUNG, 2000). Trata-se, assim, da melhor formulação possível de conteúdos que emergem da tensão entre as instâncias conscientes e inconscientes, permanecendo abertos à ampliação de sentido.

Ao converter conflitos, afetos e impulsos em imagens simbólicas, o símbolo possibilita a organização e a transformação da energia psíquica implicada nessas experiências, favorecendo sua elaboração. Nesse sentido, sua função não é meramente representacional, mas estrutural, na medida

em que contribui para a integração gradual das tensões, conflitos e polaridades que constituem a vida interior. Por essa razão, o símbolo desempenha papel central no processo de individuação e na conformação da consciência de si e do mundo, ao permitir que conteúdos dissociados sejam progressivamente reconhecidos, elaborados e incorporados à consciência, favorecendo a construção de uma identidade mais ampla, coerente e singular.

Para além de sua dimensão individual, os símbolos não constituem produções arbitrárias da imaginação pessoal, mas formas históricas e culturais de expressão dos arquétipos do inconsciente coletivo, que se manifestam, ao longo do tempo, por meio de mitos, rituais, narrativas religiosas, obras de arte, tradições simbólicas e práticas literárias. Esses sistemas simbólicos não devem ser compreendidos como estruturas fixas ou imutáveis, mas como construções dinâmicas, permanentemente reelaboradas pelas diferentes comunidades culturais e pelos contextos históricos em que se inserem. Jung compreende esse processo como uma dinâmica contínua de simbolização, por meio da qual os conflitos fundamentais da existência humana são elaborados, transmitidos e ressignificados socialmente.

Nesse sentido, a incorporação dos símbolos pelo sujeito ocorre, sobretudo, por meio da vivência afetiva, da identificação e da participação em práticas narrativas, educativas e culturais, não se reduzindo à apreensão racional de significados. Isso ocorre porque os símbolos estruturam progressivamente a vida psíquica, contribuindo para a organização da experiência, para a produção de sentido e para o desenvolvimento da identidade no interior dos processos de individuação. A valorização do simbólico não implica, portanto, um retorno acrítico a modelos tradicionais, mas aponta para a necessidade contemporânea de reconstruir, compreender e disseminar, de forma reflexiva e plural, linguagens simbólicas capazes de dialogar com as transformações sociais, tecnológicas e culturais, preservando, ao mesmo tempo, sua função formativa na apreensão, na elaboração e na construção da consciência de si e do mundo.

Nesse horizonte teórico, os arquétipos do inconsciente coletivo não se manifestam de forma abstrata, mas encontram concretização privilegiada nas narrativas e nas práticas culturais, especialmente nas diferentes práticas literárias, culturais, artísticas e midiáticas. Essas expressões simbólicas traduzem, em linguagem narrativa e imagética, conflitos, tensões e experiências fundamentais da existência humana. Ao organizarem-se em torno de figuras recorrentes — como o herói, o antagonista, o mentor, o excluído ou o transgressor —, configuram estruturas simbólicas que funcionam como mapas interpretativos da vida psíquica e social. Desse modo, os arquétipos, ao se converterem em símbolos narrativos, tornam-se acessíveis à consciência por meio da experiência estética, da leitura, da escuta e da fruição cultural.

As práticas literárias e as demais manifestações simbólicas, nessa perspectiva, não se limitam à transmissão de conteúdos ou valores, mas organizam a experiência humana por meio de estruturas narrativas recorrentes que dão forma aos conflitos, às perdas, às transformações e às buscas de sentido. Como observa Northrop Frye, a literatura constitui um sistema simbólico organizado a partir de padrões míticos e metafóricos fundamentais, sendo “uma ordem de palavras construída a partir de padrões recorrentes de mito e metáfora” (FRYE, 1973, p. 144, tradução nossa). Esses esquemas narrativos — como queda, provação, reconhecimento e retorno — não se restringem a um gênero ou período específico, mas se reorganizam continuamente ao longo da história literária, oferecendo modelos simbólicos por meio dos quais o sujeito interpreta a si mesmo e o mundo.¹¹

Nesse sentido, a relevância formativa da literatura na contemporaneidade não se reduz à sua dimensão estética ou ética, mas se afirma em sua capacidade de oferecer estruturas narrativas que sustentam a imaginação simbólica, favorecem processos de identificação reflexiva e possibilitam a elaboração crítica da experiência humana. Tal função não se restringe às formas canônicas do texto escrito, mas se manifesta nas práticas literárias contemporâneas que, ao romperem fronteiras territoriais, linguísticas e culturais, configuram-se como espaços híbridos de produção simbólica. Como demonstram estudos sobre comunidades literárias e estéticas locais, essas práticas operam por meio de redes, mobilidades e territorializações simbólicas, ampliando os modos de acesso à experiência narrativa e às formas de elaboração subjetiva. Desse modo, a literatura contemporânea, em suas múltiplas linguagens e suportes, preserva e renova sua função estruturante, ao articular imaginário, afetividade e reflexão crítica no interior dos processos formativos.

3 ESTRUTURAS ARQUETÍPICAS NAS PRÁTICAS LITERÁRIAS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS E MIDIÁTICAS

Ao deslocar a análise do plano estritamente conceitual para o campo das práticas culturais, torna-se possível observar de modo mais concreto como os símbolos e arquétipos se manifestam, circulam e se transformam nas diferentes formas de produção narrativa e estética. Nesse movimento, as contribuições de Marie-Louise von Franz revelam-se fundamentais para compreender a dinâmica histórica e cultural dessas estruturas simbólicas. Para a autora, os mitos, os contos e as narrativas simbólicas constituem expressões privilegiadas do inconsciente coletivo, pois apresentam, de forma concentrada e acessível, as estruturas fundamentais da vida psíquica humana (VON FRANZ, 1990).

¹¹ Northrop Frye desenvolve essa concepção sobretudo em *Anatomy of Criticism* (1973), ao propor uma crítica arquetípica que compreende a literatura como um sistema organizado por estruturas míticas recorrentes. Para o autor, os textos literários não devem ser analisados isoladamente, mas como partes de uma arquitetura simbólica mais ampla, na qual temas, imagens e formas narrativas se reorganizam continuamente ao longo da história cultural.

Tais estruturas, contudo, não se configuram como formas rígidas ou imutáveis, mas como matrizes dinâmicas que se atualizam continuamente em função dos contextos históricos, sociais e culturais nos quais se inserem. Cada época, segundo von Franz, elabora simbolicamente seus próprios impasses — crises de sentido, tensões coletivas, transformações subjetivas — revestindo motivos arquetípicos recorrentes de novas linguagens, estéticas e suportes narrativos. Nesse processo, figuras como o herói, a sombra, o mentor ou o antagonista reaparecem sob múltiplas variações, sem perder sua função psíquica estruturante.

Essa dinâmica de atualização explica por que os arquétipos não permanecem restritos às formas tradicionais do mito ou do conto clássico, mas atravessam a literatura moderna, o cinema, as artes visuais, as produções midiáticas, as narrativas digitais e os circuitos culturais contemporâneos. Desse modo, as práticas literárias, artísticas e comunicacionais atuais — ainda que híbridas, multimodais e gloais — não representam um afastamento da dimensão arquetípica, mas a expressão de sua plasticidade cultural e histórica. Como afirma von Franz, os arquétipos constituem estruturas vivas da psique que “se manifestam de maneiras sempre novas, conforme as condições históricas e culturais em que emergem” (VON FRANZ, 1990, p. 11). A permanência do simbólico, portanto, não decorre de sua fixidez, mas de sua capacidade de renovação, o que permite compreender a literatura e as narrativas contemporâneas como espaços privilegiados de reconfiguração simbólica diante das transformações sociais e subjetivas do presente.

A presença recorrente dos arquétipos nas práticas literárias, artísticas e midiáticas evidencia que esses conteúdos simbólicos não circulam de modo aleatório, mas se organizam por meio de formas narrativas que estruturam e tornam inteligível a experiência humana. Isso porque os conteúdos arquetípicos não se manifestam de modo disperso ou aleatório, mas tendem a se articular em padrões narrativos relativamente estáveis, capazes de ordenar simbolicamente a experiência humana. Nesse sentido, as contribuições de Marie-Louise von Franz e de Northrop Frye permitem compreender que a literatura e as demais formas narrativas constituem sistemas estruturados de representação psíquica, nos quais conflitos, perdas, provas e transformações são organizados em esquemas recorrentes.

Frye observa que a tradição literária se constrói a partir de uma gramática mítica que estrutura os enredos em torno de movimentos como queda, provação, reconhecimento e retorno, oferecendo ao sujeito modelos simbólicos de interpretação da própria existência (FRYE, 1973). De modo convergente, von Franz demonstra que tais padrões narrativos expressam dinâmicas psíquicas fundamentais, especialmente aquelas ligadas aos processos de crise, reorganização interior e amadurecimento subjetivo. Assim, as narrativas não apenas veiculam temas universais, mas

configuram verdadeiros mapas simbólicos por meio dos quais o indivíduo pode reconhecer e elaborar seus conflitos internos.

É nesse contexto que se evidencia a centralidade da polarização entre forças que impulsionam a transformação e forças que a obstaculizam, frequentemente encarnadas nas figuras do herói e do antagonista. Ao dramatizarem essa tensão, as narrativas oferecem uma representação simbólica dos embates entre consciência e inconsciente, autonomia e dependência, integração e fragmentação. Dessa forma, a análise dessas figuras não se limita à dimensão estética ou moral, mas permite compreender como os textos literários e culturais encenam, em linguagem imagética e narrativa, o processo de individuação como uma travessia marcada por perdas, provas e reconfigurações do eu.

Na esteira das transformações culturais e tecnológicas que caracterizam a contemporaneidade, observa-se que grande parte das práticas literárias, estéticas e midiáticas tende a adotar formas fragmentadas, híbridas e desconstrutivas. Em tais narrativas, a linearidade tradicional é frequentemente abandonada, a polarização entre opostos é relativizada, e as fronteiras entre personagens, valores e planos de sentido tornam-se instáveis. Essa estética da fragmentação — que atravessa a literatura pós-moderna, as práticas intermidiais e os circuitos digitais de circulação cultural — não pode ser reduzida à simples novidade estilística: ela responde às condições históricas de uma época em que as grandes narrativas legitimadoras de sentido perderam centralidade e em que a própria ideia de verdade estabilizada foi substituída pela circulação plural de pontos de vista.

De fato, quando tais formas fragmentadas não são acompanhadas de dispositivos simbólicos que auxiliem na organização psíquica da experiência, elas correm o risco de espelhar, sem mediação, as discontinuidades e incertezas da vida social contemporânea. Nesses casos, a narrativa fragmentada pode corresponder a um modo de expressão que simplesmente reproduz a desintegração do mundo percebido, sem oferecer matrizes plausíveis de integração interior. A consequência é uma subjetividade marcada por dispersão, ansiedade e fragilização da capacidade de elaborar conflitos internos em forma de sentido — uma condição que se tornou cada vez mais visível nos discursos sobre saúde mental e bem-estar emocional.

Nesse contexto, as reflexões de Yuval Noah Harari adquirem relevância crítica ao apontar que a constituição subjetiva no século XXI depende cada vez mais de repertórios afetivos, simbólicos e relacionais que não se reduzam ao domínio técnico da informação, mas promovam a articulação entre razão, emoção, imaginação e ética. A crise de sentido que atravessa a experiência contemporânea não é apenas epistemológica, mas existencial: a ausência de estruturas simbólicas capazes de organizar subjetivamente o caos da experiência resulta em uma forma de sofrimento psíquico que não encontra resposta nos modelos centrados unicamente na racionalidade instrumental e estruturados de forma

fragmentária. Por isso, compreender as narrativas literárias e culturais como sistemas potenciais de organização simbólica — e não apenas como expressões da fragmentação pós-moderna — torna-se um passo necessário antes de analisar como a jornada de individuação pode oferecer — em nível psíquico — caminhos de integração e sentido.

4 CARTOGRAFIAS ARQUETÍPICAS DA INDIVIDUAÇÃO: CONSCIÊNCIA DE SI E DO MUNDO

A individuação, na perspectiva da psicologia analítica, constitui o eixo organizador do desenvolvimento psíquico ao longo da vida, sendo compreendida como o processo pelo qual o sujeito é chamado a integrar, de modo progressivo, os conteúdos conscientes e inconscientes de sua experiência. Para Jung (2000), não se trata de um movimento de adaptação passiva às normas sociais, nem de um simples fortalecimento do ego, mas de um percurso de ampliação da consciência, no qual o indivíduo aprende a reconhecer, elaborar e incorporar dimensões reprimidas, contraditórias ou ainda não simbolizadas de si mesmo. Nesse sentido, a individuação corresponde à construção gradual de uma relação mais ampla, reflexiva e eticamente orientada consigo, com o outro e com o mundo.

Esse processo não ocorre de forma linear ou homogênea, mas por meio de crises, rupturas, conflitos e reorganizações internas, que exigem do sujeito um constante trabalho simbólico. Jung enfatiza que a consciência não se constitui de modo isolado, mas sempre em diálogo com o inconsciente, cujos conteúdos emergem por meio de imagens, sonhos, fantasias e produções simbólicas (JUNG, 2000). Assim, a individuação não se realiza apenas no plano racional, mas implica a capacidade de atribuir sentido às experiências afetivas, às ambivalências e aos impasses existenciais, integrando-os progressivamente à narrativa pessoal.

Nesse contexto, os símbolos e os arquétipos desempenham papel central como mediadores entre a experiência vivida e sua elaboração psíquica. Ao oferecerem formas imagéticas para conteúdos ainda não plenamente conscientes, eles possibilitam que o sujeito organize sua experiência interior e construa referências para interpretar a si mesmo e o mundo. Von Franz (1990) observa que os processos de amadurecimento psíquico são continuamente acompanhados por imagens simbólicas que orientam o movimento de transformação, funcionando como mapas internos que auxiliam na travessia das crises e na reorganização subjetiva. A consciência de si, nessa perspectiva, não emerge da supressão do inconsciente, mas de sua progressiva integração simbólica.

A construção da consciência do mundo segue dinâmica semelhante. À medida que o sujeito elabora simbolicamente suas experiências internas, amplia também sua capacidade de compreender a alteridade, os vínculos sociais e as tensões culturais que atravessam sua existência. A individuação,

portanto, não conduz ao isolamento narcísico, mas à ampliação da responsabilidade ética e relacional, pois implica reconhecer-se como parte de uma rede simbólica, histórica e social. Como destaca Jung, tornar-se indivíduo não significa separar-se do coletivo, mas relacionar-se com ele de forma mais consciente e diferenciada (JUNG, 2000).

Desse modo, pode-se compreender a individuação como uma cartografia psíquica construída ao longo da vida, na qual o sujeito aprende a situar-se em relação às próprias emoções, desejos, limites e responsabilidades. Essa cartografia não é fixa, mas continuamente reelaborada, na medida em que novas experiências exigem reorganizações simbólicas. As práticas literárias, artísticas e culturais, ao oferecerem repertórios narrativos e imagéticos, contribuem diretamente para esse processo, favorecendo a construção de uma consciência capaz de articular interioridade e mundo social.

No entanto, no contexto contemporâneo — marcado pela fragmentação das referências simbólicas e pela aceleração dos fluxos de informação —, a ausência de dispositivos simbólicos consistentes tende a dificultar a integração da experiência, favorecendo formas de dispersão subjetiva e fragilização emocional. Como observa Giorgio Agamben, a modernidade produziu uma ruptura significativa nos modos tradicionais de transmissão e elaboração da experiência, de tal forma que “o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência” (AGAMBEN, 2005, p. 21). Para o autor, a sucessão incessante de acontecimentos, informações e estímulos não se converte automaticamente em experiência, pois carece de mediações simbólicas capazes de transformar o vivido em saber existencial.

Essa crise da experiência repercute diretamente na vida psíquica, uma vez que, sem estruturas narrativas e simbólicas que organizem afetos, memórias e conflitos, o sujeito tende a permanecer imerso em vivências fragmentadas, dificilmente integráveis à consciência. Nesse cenário, a fragilização emocional não pode ser compreendida apenas como um fenômeno individual ou clínico, mas como efeito cultural de um empobrecimento mais amplo das formas de simbolização. É justamente diante desse esvaziamento que as narrativas literárias e culturais adquirem renovada relevância, ao funcionarem como dispositivos capazes de reinscrever a experiência em percursos simbólicos dotados de sentido, favorecendo processos de reconhecimento, elaboração e integração subjetiva.

5 O HERÓI COMO ESTRUTURA DO CRESCIMENTO: INDIVIDUAÇÃO E TRAVESSIA

No contexto contemporâneo, marcado pela fragmentação das referências simbólicas e pela fragilização da experiência, a jornada do herói adquire renovada centralidade como matriz narrativa capaz de organizar, simbolicamente, os processos de amadurecimento psíquico. Longe de constituir

apenas um motivo literário recorrente, o herói representa, na perspectiva da psicologia analítica, uma imagem arquetípica da consciência em formação, isto é, do eu que emerge progressivamente a partir do confronto com o desconhecido, com a instabilidade e com as tensões internas da experiência.

Para Jung, o herói simboliza “a possibilidade de libertação da consciência em relação às forças inconscientes que ameaçam dominá-la” (JUNG, 2000, p. 167). Trata-se, portanto, de uma figura que não encarna perfeição ou invulnerabilidade, mas fragilidade, incompletude e abertura à transformação. Nas narrativas simbólicas, o herói surge frequentemente como criança, órfão, jovem inexperiente ou sujeito marginalizado, justamente porque representa o eu ainda em constituição, vulnerável às forças psíquicas que o atravessam e que exigem elaboração.

A jornada heroica, nesse sentido, pode ser compreendida como uma dramatização simbólica do processo de individuação. Ao abandonar o espaço protegido, atravessar territórios desconhecidos, enfrentar provas e retornar transformado, o herói encena o movimento pelo qual o sujeito se afasta das identificações iniciais, confronta conteúdos inconscientes e reorganiza progressivamente sua relação consigo e com o mundo. Como observa von Franz, “o tema central dos contos e mitos heroicos é sempre o processo de transformação da personalidade” (VON FRANZ, 1990, p. 63), sendo a travessia marcada por perdas, rupturas e reconfigurações internas.

Esse percurso, contudo, não se realiza sem confronto. No interior da jornada, destaca-se o papel fundamental da sombra e das figuras antagonistas, que ocupam posição estruturante na dinâmica da individuação. Na psicologia analítica, a sombra corresponde ao conjunto de aspectos rejeitados, reprimidos ou não reconhecidos pelo eu consciente — impulsos agressivos, desejos ambivalentes, fragilidades, ressentimentos e medos arcaicos (JUNG, 2000). Esses conteúdos, quando não simbolizados, tendem a retornar de forma desorganizada, interferindo no equilíbrio psíquico e nas relações do sujeito com o mundo.

Nas narrativas simbólicas, essa dimensão aparece frequentemente personificada na figura do vilão, do monstro ou do adversário. Von Franz enfatiza que tais figuras “não representam apenas inimigos externos, mas aspectos da própria psique que precisam ser reconhecidos e transformados” (VON FRANZ, 1990, p. 71). O antagonista, assim, não funciona apenas como obstáculo narrativo, mas como operador psíquico da transformação: é por meio do confronto com aquilo que ameaça, desorganiza ou resiste que o herói é levado a ampliar sua consciência e a reorganizar sua estrutura interior.

Essa dinâmica evidencia que a individuação não se realiza pela eliminação do conflito nem pela busca de estados permanentes de equilíbrio. Ao contrário, trata-se de um processo que implica reconhecer a presença constitutiva da ambivalência, do risco e da tensão na vida psíquica. Integrar a

sombra não significa suprimi-la, mas incorporá-la progressivamente à consciência, transformando suas energias em recursos simbólicos de amadurecimento. Como afirma Jung, “aquilo que não chega à consciência aparece em nossas vidas como destino” (JUNG, 2000, p. 42), reforçando a necessidade do reconhecimento simbólico como condição de transformação.

A oposição entre herói e antagonista, portanto, não deve ser lida como simples polarização moral entre bem e mal, mas como dramatização simbólica do embate entre integração e fragmentação, consciência e dissociação, elaboração e recalçamento. A presença da prova, do perigo e da ameaça confere densidade psíquica à jornada, impedindo que o percurso se reduza a uma narrativa idealizada de sucesso. É precisamente o encontro com o limite que confere sentido à travessia, pois obriga o sujeito a rever ilusões de controle, reconhecer vulnerabilidades e reconstruir referências internas.

Nesse movimento, a jornada do herói configura uma constelação arquetípica complexa, na qual diferentes figuras — herói, sombra, antagonista, mentor, aliado, prova e retorno — se articulam dinamicamente no processo de transformação subjetiva. Essas figuras não operam de modo isolado, mas compõem um sistema simbólico que organiza a experiência psíquica em termos de conflito, aprendizagem e integração. Tal constelação expressa, em linguagem narrativa, a própria estrutura do amadurecimento humano: um percurso marcado por perdas, crises, reorganizações e reconfigurações identitárias.

Os arquétipos que orbitam a constelação arquetípica não são “personagens decorativos”, mas dispositivos simbólicos que tornam inteligível a transformação interior: cada figura — mentor, aliado, guardião do limiar, trickster, figura do feminino/masculino interior, tesouro/centro — dramatiza uma etapa ou necessidade do processo de amadurecimento. Assim, no processo de travessia/de desenvolvimento humano, a figura do mentor (ou “velho sábio”), recorrente em mitos e narrativas literárias, não tem como função substituir o herói, mas oferecer orientação, instrumento simbólico ou palavra decisiva no momento de crise. Do ponto de vista junguiano, o mentor pode ser compreendido como imagem da função psíquica que favorece a ampliação da consciência — uma mediação que permite ao sujeito “ver” além do imediatismo do ego. Por isso, o auxílio do mentor frequentemente ocorre em situações-limite, quando o herói não dispõe de recursos internos suficientes para prosseguir. A presença dessa figura simboliza que a individuação não é um empreendimento solitário, mas um percurso em que a alteridade — pessoas, tradições, cultura, linguagem — opera como mediação estruturante.

Outro elemento central é o limiar, frequentemente figurado como portal, floresta, oceano, caverna, estrada ou travessia. O limiar simboliza o ponto em que o herói deixa o espaço conhecido e entra no domínio do “não sabido”, isto é, do inconsciente e de suas forças. Essa passagem dramatiza

o deslocamento da consciência para um território de instabilidade, onde antigas certezas não funcionam mais. Trata-se de um símbolo decisivo porque indica que amadurecer implica suportar a experiência de desorientação e risco, condição sem a qual não há reorganização subjetiva.

Associados a esse movimento, surgem os aliados e os companheiros, que simbolizam recursos relacionais e afetivos necessários ao enfrentamento do conflito. Narrativamente, eles aparecem como amigos improváveis, animais auxiliares, figuras marginalizadas ou grupos de apoio; psiquicamente, representam a dimensão intersubjetiva da individuação. Em termos formativos, tais figuras introduzem uma ideia crucial: o crescimento não se reduz à vontade individual, mas envolve vínculo, cooperação, confiança e reconhecimento — dimensões decisivas para a integração emocional.

Também é recorrente o trickster - o trapaceiro, o ambíguo, o cômico - cuja função simbólica é desestabilizar rigidezes e expor ilusões do ego. Em muitas narrativas, o trickster parece “atrapalhar”, mas seu efeito é produzir deslocamento: ele força o herói a perceber contradições, a abandonar defesas e a reconhecer aquilo que estava oculto. Na lógica da psicologia analítica, essa figura expressa o caráter paradoxal da transformação: muitas vezes, o amadurecimento não ocorre por controle, mas por ruptura de certezas e reconfiguração de sentidos.

Outro núcleo arquetípico decisivo é a presença de uma figura que encarna o princípio do outro interno — frequentemente representada por imagens do feminino ou do masculino - em chave simbólica, não normativa. Essas figuras aparecem como personagem a ser resgatado, amado, compreendido ou reconhecido e remetem à necessidade de integração de dimensões afetivas, intuitivas e relacionais frequentemente dissociadas pela consciência. Nesse ponto, a jornada evidencia que a individuação implica ultrapassar unilateralidades: não se trata apenas de vencer obstáculos, mas de integrar funções psíquicas que faltavam ao sujeito para tornar-se “mais inteiro”.

Por fim, a jornada frequentemente culmina na conquista de um tesouro — elixir, fogo, cura, palavra, objeto sagrado, retorno com conhecimento — que não deve ser lido como prêmio material, mas como símbolo do centro organizador do psiquismo. Trata-se, em termos junguianos, de uma imagem do Self, isto é, da totalidade possível da personalidade. Jung enfatiza que “a individuação não consiste em tornar-se perfeito, mas em tornar-se inteiro” (JUNG, 2000, p. 312). O “tesouro” simboliza exatamente esse ganho: não a eliminação do conflito, mas a aquisição de uma forma mais complexa de consciência, capaz de sustentar ambivalências e orientar escolhas.

Essa função integradora da constelação heroica torna-se particularmente significativa no presente, em que a experiência tende a não se converter em sentido. Como observa Agamben, “o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência” (AGAMBEN, 2005, p. 21), uma vez que a sucessão acelerada de informações e acontecimentos frequentemente inviabiliza a elaboração

simbólica do vivido. Nessa condição, as narrativas heroicas operam como dispositivos de reinscrição: ao oferecerem sequência, conflito, travessia e retorno, permitem organizar afetos, memórias e impasses em uma forma narrativa inteligível, restaurando a possibilidade de converter vivência em aprendizado.

Já do ponto de vista formativo, essa estrutura simbólica possui implicações decisivas para o desenvolvimento emocional. Ao acompanhar narrativas em que o herói teme, erra, fracassa e, ainda assim, prossegue, o sujeito aprende que o crescimento não se dá pela negação do sofrimento, mas por sua elaboração simbólica. A saúde psíquica, nessa perspectiva, não corresponde à ausência de conflitos, mas à capacidade de atravessá-los integrando frustrações, ambivalências e limites à própria história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto contemporâneo, marcado pela aceleração dos fluxos informacionais, pela multiplicação de estímulos e pela fragmentação das referências culturais, torna-se cada vez mais difícil transformar a sucessão de acontecimentos em memória simbólica, saber existencial e sentido subjetivo. A fragilização das mediações narrativas e dos sistemas compartilhados de significação tem contribuído para a constituição de formas de vivência descontínuas, frequentemente destituídas de continuidade simbólica. Nesse cenário, a pedagogia simbólica da jornada do herói revela-se especialmente relevante, ao oferecer percursos narrativos capazes de organizar, integrar e ressignificar a experiência.

Ao longo deste estudo, buscou-se demonstrar que a formação humana não pode ser compreendida de modo satisfatório a partir de modelos centrados exclusivamente na racionalidade instrumental, na fragmentação do conhecimento e na dissociação entre razão, emoção, imaginação e ética. A análise das práticas literárias, culturais e simbólicas à luz da psicologia analítica evidenciou que o desenvolvimento psíquico saudável depende, em grande medida, da existência de dispositivos narrativos que favoreçam a articulação entre interioridade e mundo social, contribuindo para a construção da consciência de si e do outro.

Nesse percurso, a investigação do símbolo, dos arquétipos, da jornada do herói e da dinâmica entre consciência e sombra permitiu compreender que as narrativas não operam apenas como formas estéticas ou comunicativas, mas como estruturas simbólicas fundamentais para a constituição da identidade, da subjetividade e da relação com a alteridade. As práticas literárias, culturais, artísticas e midiáticas configuram-se, assim, como espaços privilegiados de elaboração psíquica, nos quais

conflitos, perdas, ambivalências e desejos podem ser simbolicamente trabalhados, favorecendo processos de individuação, amadurecimento emocional e responsabilidade ética.

Entretanto, no interior da cultura contemporânea, marcada por estéticas híbridas, fragmentadas e relativizadas, essas mesmas práticas tendem, por vezes, a reproduzir as dinâmicas de dispersão e instabilidade próprias do presente. Embora tais formas expressem legitimamente o espírito do tempo, elas também evidenciam os riscos de uma experiência desprovida de mediações simbólicas consistentes, na qual o sujeito permanece exposto à fragilização dos vínculos, à instabilidade emocional e às dificuldades de construção de sentido.

Nesse horizonte, as práticas literárias, artísticas e culturais organizadas em redes, comunidades simbólicas e estéticas locais revelam-se não apenas como expressão da fragmentação contemporânea, mas como espaços privilegiados de reconstrução da experiência simbólica. Ao operarem em zonas de contato, mobilidades culturais e territorializações múltiplas, ampliam as possibilidades de circulação, reinscrição e atualização dos arquétipos, permitindo que a experiência humana seja reorganizada em percursos narrativos dotados de sentido. Esse limiar — no qual convivem dispersão e potência simbólica — exige, portanto, uma consciência crítica capaz de reconhecer que o desafio atual não reside na ausência de símbolos, mas no modo como eles são mediados, partilhados e integrados.

Diante desse quadro, torna-se indispensável refletir sobre o papel dos mediadores culturais — especialmente pais, professores e educadores — na transmissão, atualização e reinvenção das linguagens simbólicas. Esses agentes não atuam apenas como transmissores de conteúdos, mas como verdadeiros guardiões do simbólico, responsáveis por criar condições para que crianças, jovens e adultos possam acessar, interpretar e ressignificar as narrativas que estruturam sua experiência. A mediação da leitura, da escuta, da fruição estética e do diálogo interpretativo constitui, nesse sentido, um dispositivo central de formação emocional, ética e subjetiva.

Por fim, promover experiências narrativas compartilhadas, estimular a reflexão simbólica e valorizar a imaginação não representa um retorno nostálgico a modelos tradicionais, mas uma resposta crítica às demandas de um tempo marcado pela instabilidade e pela descontinuidade. Trata-se, antes, de reconhecer que a reconstrução da experiência simbólica constitui uma condição fundamental para a formação de sujeitos capazes de sustentar a complexidade da vida contemporânea sem sucumbir à fragmentação psíquica, reintegrando, de modo criativo e responsável, razão, emoção, imaginação e ética no interior dos processos formativos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Infância e história: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169–191.
- COMPAGNON, Antoine. Literatura para quê? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.
- FRYE, Northrop. Anatomia da crítica: quatro ensaios. São Paulo: Cultrix, 1973.
- HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HARARI, Yuval Noah. Sapiens: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JUNG, Carl Gustav. A dinâmica do inconsciente. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VON FRANZ, Marie-Louise. A interpretação dos contos de fadas. São Paulo: Paulus, 1990.
- VON FRANZ, Marie-Louise. O processo de individuação. In: JUNG, C. G. et al. O homem e seus símbolos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 158–229.
- ZILBERMAN, Regina. A leitura e o ensino da literatura. São Paulo: Contexto, 1988.